

ESPORTE NA MÍDIA:

ESPAÇO PARA DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Prof. Dr. Gustavo Roese Sanfelice - Universidade Feevale

sanfeliceg@hotmail.com

A importância que se dá as políticas públicas no Brasil ainda é incipiente no que diz respeito a sua dimensão. Nesse encaminhamento, para Sposito (2003) em uma concepção genérica, política pública está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios, tanto financeiros como humanos, envolve uma dimensão temporal e alguma capacidade de impacto. A proposta deste texto é explicitar o distanciamento entre as discussões do interesse público e do público na mídia sobre as políticas públicas específicas na área do esporte. A proposição teórica sobre as diferenças conceituais entre interesse público e do público é uma questão cara ao campo da Comunicação, para tanto, no campo esportivo, observamos claramente um abalo da agenda pública pela agenda mercadológica na mídia em relação as discussões e tematização do esporte. As ações articuladas como propõe o conceito de Sposito estão longe dos interesses midiáticos, exceto se falarmos de megaeventos como Copa do Mundo de Futebol/Brasil/2014, e Jogos Olímpicos Rio 2016. A agenda midiática vem deformando a ideia de política pública assertiva, visando ações de curto, médio e longo prazo. Por conseguinte, temos uma política esportiva setorializada no Brasil, que em certa medida não atende aos interesses públicos. A mídia é afeita a uma agenda construída por ela mesma, determina o recorte sobre o todo no que diz respeito as políticas públicas na área do esporte. Em certa medida essa posição é reforçada pelo próprio poder público que intensifica as ações e projetos, que são parte de uma política, afim de atender as demandas dos megaeventos. Haja vista os Jogos Olímpicos que são um evento da cidade, porém os governos tem se esforçado para passar-nos uma ideia de evento nacional. Obviamente que como espaço de desenvolvimento do esporte de rendimento, como o "legado" deixado por este é algo louvável, porém do ponto de vista do atendimento das demandas sociais advindas do esporte há lacunas. A mídia televisiva, principalmente, veicula ações do esporte inclusivo, porém com o seu conteúdo ligado estritamente ao terceiro setor, sem considerar as ações realizadas no municípios e estados com caráter e dimensão pública. Assim, a discussão sobre as possibilidades e implicações do esporte, vinculam-se ao que podemos chamar de esporte social de base, ou seja, atendendo a uma demanda da população economicamente menos favorecida, porém com um viés de formação de atletas olímpicos no futuro. Visando o interesse público, o poder público bem como as mídias deveriam propor uma agenda convergente no sentido de discutir as reais necessidades do país na área do esporte, pautado pelo artigo 217 da Constituição Federal, onde estabelece em seu caput que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais. Existem lacunas a serem preenchidas. Assim, uma política assertiva entre o poder público e entidades promotoras de ações sociais de cunho sócio-educativo e a mídia poderiam alavancar as políticas públicas em todo o Brasil, nas mais diversas manifestações do esporte.

Palavras-chave: esporte; mídia; políticas públicas